

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 708
2 a 8 de outubro de 2015

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS

DUAS DÉCADAS DE FOMENTO AO COMÉRCIO EXTERIOR FLUMINENSE



FIRJAN PROMOVE AÇÃO DE SAÚDE NAS EMPRESAS

O Sistema FIRJAN iniciou em setembro o projeto SESI Bocão Saudável nas empresas, com o objetivo de levar informações sobre prevenção e saúde bucal. Os trabalhadores recebem orientação sobre alimentação, higiene bucal e da língua, entre outros assuntos.

Para Wania Rodrigues, analista de Projetos Especiais da FIRJAN, a iniciativa pode ajudar a diminuir o absenteísmo nas empresas. “Uma das principais causas de absenteísmo é a dor de dente. Nós queremos conscientizar as pessoas de que a saúde

bucal mexe com a produtividade e a qualidade de vida”, relata Wania, coordenadora do projeto.

A primeira Ação Institucional foi realizada em 19 de setembro, no SESI Campos, com a participação de funcionários de 15 empresas. “Ações como esta são muito importantes, pois visam a promover a qualidade de vida e a saúde do trabalhador”, afirmou Fernando Aguiar, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense. As próximas atividades acontecerão nas unidades do SESI em Vicente de Carvalho e Duque de Caxias, e na empresa B. Braun, em São Gonçalo.

EMPRESÁRIOS PARTICIPAM DE PALESTRA NA BAIXADA FLUMINENSE

Empresários puderam tirar dúvidas sobre leis trabalhistas e medidas de proteção de emprego durante palestra realizada pela Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Baixada Fluminense - Área II, em Duque de Caxias. O consultor jurídico do Sistema FIRJAN, Pedro Capanema, apresentou alternativas legais que permitam a manutenção dos postos de trabalho.

Como medidas para a preservação de empregos, Capanema apresentou detalhes do regime de “férias coletivas” e de “lay off”, em que o contrato de trabalho é suspenso por um período de dois a cinco meses para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.



Roberto Leverone, presidente da RR Baixada II, durante a palestra

Karla Freire

Além do debate, o Sistema FIRJAN promoveu duas apresentações sobre temas em discussão na região: segurança e infraestrutura. O secretário municipal de Defesa Civil e Políticas de Segurança de Duque de Caxias, coronel Silva Costa, mostrou estratégias para definição pública da área de proteção. Já o diretor de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Companhia

de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), Pedro Paulo Novelino, apresentou o plano de atuação da instituição para atração de empresas para a região, o que envolve, entre outras medidas, melhoria da infraestrutura para a indústria. A palestra foi realizada em 15 de setembro.

INDÚSTRIA FLUMINENSE DISCUTE PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

O Sistema FIRJAN promoveu o primeiro encontro da Rede da Indústria de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS). O evento reuniu empresas de referência com experiência nas novas áreas concernentes ao consumo sustentável para trocar informações sobre aspectos relevantes para as indústrias.

Com a criação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável, em 2011, o Brasil estabeleceu metas para sua aplicação. Carolina Zoccoli, especialista de Meio Ambiente da

Federação, apresentou seus principais desdobramentos para a indústria, que incluem questões como a rotulagem ambiental e o varejo sustentável.

O encontro também contou com uma apresentação de Sergio Monforte, analista de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele apresentou as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Intersetorial de PCS, composto pela CNI e pela FIRJAN, e outras federações. O grupo foi criado para criar padrões de produção sustentável. O evento aconteceu em 15 de setembro, na sede da FIRJAN.

Uma estrada que capta energia durante o dia para gerar luminosidade à noite. Esse é um dos projetos inovadores elaborados por **Daan Roosegaard**, designer holandês que utiliza tecnologias inteligentes para desenvolver soluções de problemas urbanos. Em entrevista à Carta da Indústria, ele fala sobre a contribuição dos criativos para as indústrias e como essa parceria pode gerar ideias de impacto. Roosegaard participou do Seminário Holanda – Novas Ideias, Novas Fronteiras, em agosto.



Antonio Bataiha

CRIATIVIDADE PARA PROJETOS DE IMPACTO

CARTA DA INDÚSTRIA – O que o Brasil e o estado do Rio podem aprender com a experiência da Holanda com inovação?

DAAN ROOSEGAARD – Nós temos uma longa história em design de produtos e gerenciamento da água. O conhecimento sobre um processo complexo de ir da ideia ao produto é uma coisa que podemos compartilhar. Ver a paisagem como um lugar de identidade também é muito importante, e o Rio tem todo o potencial para explorar este aspecto. Precisamos começar a implementar novas soluções criativas para os problemas sociais. Podemos partir de problemas recorrentes em torno da habitação e da água, por exemplo.

CI – Por que somente a tecnologia não é suficiente para inovar?

DR – Quando só focamos em tecnologia, a inovação desaparece, as coisas param. Isso acontece porque não somos robôs. Só quando ela se combina com o pensamento criativo é possível criar projetos de verdadeiro impacto. Sempre acreditei que a tecnologia vai pular a tela do computador e estar em nossas estradas, em nosso dia a dia. Quando esses recursos são adotados no cotidiano, temos soluções efetivamente inovadoras.

CI – Como vê o cenário futuro da conexão entre indústrias tradicionais e projetos criativos?

DR – Esse é um caminho necessário se o empreendimento quiser sobreviver. Apostar em novas ideias é crucial para uma companhia que deseja

se tornar vigorosa. É preciso investir em processos diferentes, senão não há inovação. Conectar pequenos estúdios criativos com corporações maiores é uma maneira inteligente de acelerar esse processo e criar um verdadeiro impacto. Essa é a razão pela qual marcas conservadoras começam a investir em ideias novas, e têm obtido resultados surpreendentes com isso. Nós devemos trabalhar juntos para realizar algo que não temos ainda. Não é possível fazer grandes projetos sozinho. Assim foram feitas *Smart Highways*, as estradas do futuro, que se carregam durante o dia com a energia solar para gerar iluminação à noite. Essa foi uma criação desenvolvida em parceria com uma das maiores empresas de infraestrutura da Holanda. Se tivermos coragem de conectar espaços públicos com a inovação, há muito o que se explorar.

CI – Que desafios identifica no desenvolvimento de projetos dessa natureza?

DR – Muitas pessoas querem o novo, mas na forma antiga de se pensar. Isso é impossível. Então, requer-se liderança para investir em novas ideias, especialmente naquelas que ainda não são 100% comprovadas. Mas se não há chances de falha, não há possibilidade de sucesso também.

CI – Quais benefícios indústrias mais conservadoras podem ter ao investir em tecnologias inteligentes?

DR – A tecnologia é disruptiva, pode quebrar paradigmas. Em termos práticos, tem potencial para otimizar processos produtivos. Ignorar isso não seria um bom negócio para um empresário. É preciso estar preparado para o futuro.

LEI DE INCLUSÃO DOS PCDs NO MERCADO DE TRABALHO: EMPRESAS DEVEM SE ADEQUAR ÀS NOVAS REGRAS

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sancionada em 7 de julho deste ano, entra em vigor em janeiro de 2016. A legislação trata de vários aspectos da inserção do PCD. Um deles se refere ao mercado de trabalho e à manutenção da obrigatoriedade das empresas com 100 funcionários ou mais de ter de 2% a 5% de pessoas reabilitadas ou com deficiência em seu quadro funcional.

A nova lei incentiva a inclusão, obrigando empregadores a oferecer suportes individualizados e recursos de tecnologia assistiva que possibilitem a atuação desses profissionais. Os PCDs terão garantidos, ainda, direitos como plano de carreira, educação continuada, bonificações e incentivos profissionais, mantendo igualdade de direitos com os demais colaboradores.

Alguns dispositivos do projeto, entretanto, foram vetados pela Presidência da República, com o objetivo de evitar impacto negativo para as empresas. A FIRJAN trabalha junto ao Congresso Nacional para manter os vetos. Para Renan Feghalli, vice-presidente do Conselho de Política Social e Trabalhista, a atuação da Federação é fundamental na defesa da indústria e do setor produtivo: "A FIRJAN acompanha as questões que impactam a indústria e trabalha na defesa dos interesses empresariais".

CONSULTORIA DA FIRJAN

Para ajudar as empresas que buscam a inclusão de PCDs, o Sistema FIRJAN desenvolveu



Atividade do Projeto Social Capacita RH Merck: inclusão de PCDs no mercado

o Projeto Formação Integrada da Pessoa com Deficiência, que combina cursos oferecidos pelo SENAI com a atuação de uma equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais e psicólogos, para trabalhar a metodologia de desenvolvimento humano focada em uma formação pessoal, cidadã e profissional dos alunos PCDs. "Tínhamos dificuldade em encontrar mão de obra que se enquadrasse neste perfil. No curso, além da qualificação, há um acompanhamento dos alunos. No fim, temos um *feedback* do desempenho deles no projeto, que serve de referência para a contratação posterior pela Merck", detalha Paulo Santoian, consultor interno de Recursos Humanos para Brasil e México, da farmacêutica.

Santoian acompanha o Projeto Social Capacita RH Merck 2015, desenvolvido pela Assessoria de Responsabilidade Social da FIRJAN e que está em sua terceira edição. Este ano, são oferecidas

20 vagas de assistente de Produção Industrial, operador de Computador e assistente de Controle de Qualidade, além de programas de educação continuada de português e matemática, e oficinas para o desenvolvimento humano. As aulas, com início em outubro, serão ministradas no SENAI Jacarepaguá, e terão duração de um ano.

"Vamos além da capacitação profissional. Trabalhamos as competências pessoais dos PCDs, damos suporte à empresa e realizamos palestras de sensibilização dos colaboradores e gestores. O objetivo é promover a integração efetiva das pessoas com deficiência na empresa", explica Eliane Damasceno, coordenadora de Desenvolvimento de Projetos da Assessoria de Responsabilidade Social da Federação.

Acesse a Nota Técnica da FIRJAN sobre a lei de inclusão no [link](http://goo.gl/df2NwF) <http://goo.gl/df2NwF>.

IEL ABRE INSCRIÇÕES PARA CURSOS DE LEAN E PROCESSO A3

Uma metodologia simples, capaz de melhorar a produtividade, reduzir custos e desenvolver os funcionários de todos os níveis, garantindo uma melhora contínua. Esse é o principal objetivo do sistema *lean*, filosofia de gestão inspirada no modelo Toyota. O assunto será o tema principal da capacitação promovida pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em parceria com o Lean Institute Brasil (LIB).

A capacitação em "Introdução ao Lean Thinking e Processo A3 – Gerenciando para o Aprendizado" capacita os empresários e dirigentes empresariais em conceitos e processos que vêm determinando a competitividade

e lucratividade das mais bem sucedidas empresas industriais de todo o mundo.

O módulo "Introdução ao Lean Thinking" apresentará a essência da mentalidade enxuta e como ela pode ser utilizada para tornar as organizações mais eficientes e competitivas. Através da simulação de uma fábrica como laboratório para uma transformação *lean*, o participante obterá o entendimento básico dos princípios. No módulo "Processo A3 – Gerenciando para o Aprendizado" será apresentado o conceito do "PDCA" associado à resolução de problemas e ao desenvolvimento de pessoas,

através de um método prático e bastante didático.

O curso será ministrado por Christopher Thompson, engenheiro e mestre pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Por meio de instruções, discussões em pequenos grupos e exercícios, os participantes deste treinamento aprenderão o formato básico do A3 e como usá-lo num processo de gestão.

Empresas associadas ao CIRJ ou Movimento Sindical têm condição especial para pagamento. As aulas acontecem de 11 a 13 de novembro, no SENAI Tijuca. Informações e inscrições pelo e-mail iel@firjan.org.br.

FAÇA PARTE DA AÇÃO EM DEFESA DO SESI E DO SENAI.

O governo anunciou que pretende se apropriar de 30% dos recursos do SESI e do SENAI. Além de inconstitucional, mexer no SESI e no SENAI é mexer com a educação, com a cultura, com o direito dos trabalhadores da indústria, com o desenvolvimento do Rio e do país. É mexer com todo mundo.

ACESSE E PARTICIPE DO ABAIXO-ASSINADO.
www.firjan.com.br/defesasesisenai

**MEXEU COM
 SESI E SENAI
 MEXEU COM VOCÊ,
 MEXEU COMIGO,
 MEXEU COM
 TODO MUNDO.**

VINTE ANOS DO CIN: ATUAÇÃO ESTRATÉGICA PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO DO RIO

O Sistema FIRJAN celebra em outubro os 20 anos do Centro Internacional de Negócios (CIN), criado como resposta do empresariado industrial do estado do Rio às novas demandas impostas pela globalização da economia, a partir dos anos 1990. Nesse período, foram realizados mais de 140 mil atendimentos, em diferentes demandas, como treinamentos, assessoria, defesa de interesses, missões internacionais, emissões de Certificados de Origem e seminários.

“A parte central e intransferível de operação do CIN está na criação de interfaces entre ofertantes e demandantes. A base produtiva do estado pode ser atendida como importador ou exportador; investidor ou receptor; demandante da tecnologia ou supridor. Nossa capacidade operacional tem acompanhado a crescente demanda do mercado, tendo atendido à totalidade das tarefas que lhe são confiadas”, ressalta Amaury Temporal, diretor do CIN.

Segundo ele, os próximos anos serão desafiadores e terão o CIN como peça-chave, visto que o comércio exterior será o único vetor com capacidade de impulsionar o crescimento econômico do Brasil. A instituição continuará investindo para atuar em um ambiente competitivo, com mutações aceleradas que requerem resposta rápida e ajuste constante.

MISSÕES DE RESULTADO

Com atividades focadas no aumento da competitividade das empresas do estado do Rio, o CIN contabiliza resultados. Um deles vem da indústria gráfica, a partir das missões à Feira Internacional de Mídia e da Indústria



Fabiano Veneza

Amaury Temporal em evento comemorativo à milésima missão: negócios com 112 países

“A atuação do CIN motivou os empresários a adquirir novos equipamentos, modernizamos nossa produção”

Carlos di Giorgio
Presidente do Sigraf e da Abigraf Regional Rio

Gráfica (Drupa), maior evento do setor no mundo, realizado a cada quatro anos na Alemanha.

De acordo com Carlos Di Giorgio, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro (Sigraf), o estado saltou de quinto para segundo parque gráfico do país, em faturamento e empregos gerados, graças a essas missões. “A atuação

do CIN motivou os empresários a adquirir novos equipamentos. Nós renovamos o parque gráfico e modernizamos nossa produção. Hoje, temos tecnologia de ponta e contamos com o SENAI Artes Gráficas, uma das maiores escolas técnicas da América Latina. Isso é resultado da oportunidade que o CIN nos deu nessas duas missões, de 2008 e 2012”, conta Di Giorgio, que também é presidente da Abigraf Regional Rio. Devido aos resultados alcançados, o CIN planeja nova missão à Drupa em 2016.

Nesses 20 anos, o CIN organizou 444 missões, entre institucionais, sindicais e empresariais, a 48 países, atendendo 19 setores. As missões institucionais têm o objetivo de fomentar novas parcerias e experiências para dentro do Sistema FIRJAN, para servir melhor a indústria. Muitas ações da Federação são originadas dessas missões, a exemplo do SENAI FabLab, desenvolvido a partir de ações de *networking* para

se manter atualizada e dispor de parceiros estratégicos pelo mundo, como o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

Mas há também as missões *inbound*, que recebem empresários e representantes de instituições estrangeiras no Rio para fomentar negócios no estado e realizar intercâmbios econômicos. Foram 1.024 missões, de 112 países. Os maiores demandantes, por ordem, foram: Estados Unidos, França, China, Reino Unido e Alemanha.

DEFESA DE INTERESSE

Outro tipo de atuação muito demandada envolve assessoria e defesa de interesse, oferecidas gratuitamente aos associados. O atendimento compreende desde dúvidas – sobre alguma norma ou procedimento operacional na exportação, por exemplo – até pesquisas de mercado e defesa comercial. Além do atendimento direto, o CIN procura se antecipar às questões por meio do Rio Exporta, boletim mensal de comércio exterior fluminense, e com o Diagnóstico de Comércio Exterior, estudo bianual que traz o perfil das empresas do estado do Rio que ativas nessa área.

Uma demanda recente veio da Tupperware, empresa cliente de Certificado de Origem, que precisou de auxílio na liberação de carga no Porto do Rio. O CIN imediatamente acionou a Receita Federal, a fim de agilizar a logística de desembaraço de carga. A ação surtiu pronto resultado. “Esta parceria entre FIRJAN e a área de comércio exterior da Tupperware se mostrou bastante eficiente, pois todos os processos que estavam retidos foram liberados”, ressalta Ana Santos, gerente de Compras da empresa.

PRÊMIO RIO EXPORT

Como forma de incentivar a cultura exportadora no estado, o CIN promove cursos, eventos e também o Prêmio Rio Export, criado em 1998. O objetivo é valorizar e estimular o desempenho internacional das indústrias fluminenses. Desde 2013, são realizadas edições do prêmio nas Representações Regionais FIRJAN/ CIRJ.

Um dos premiados da Regional Sul Fluminense este ano foi a Archroma, indústria química com parque fabril em Resende, que recebeu o Destaque em Emissão

de Certificado de Origem. Paulo Penna, gerente de Logística LATAM (Latin America) da empresa, afirma que o serviço, quando passou a ser demandado ao CIN, contribuiu para a empresa ser mais competitiva no exterior. “A parceria com a FIRJAN nos proporcionou ganhos consideráveis. Vale destacar que hoje os nossos Certificados de Origem têm um custo menor se comparados ao processo anterior e são feitos em 24 horas, em vez de 72 horas, como a antiga fornecedora”, conta.

Os 20 anos do CIN serão celebrados em um evento em 5 de outubro, na sede da Federação, com painel de debate e lançamento do livro “Novo Mundo, Novas Fronteiras”, com artigos de diversos autores. “Como disse o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, ‘a exportação é o caminho natural para a solução dos problemas atuais do Brasil: gera receitas cambiais, cria empregos e aumenta a arrecadação pelo efeito da renda’. Por outro lado, a importação de equipamentos e insumos é essencial à própria exportação e é, então, o total da corrente de comércio que cria empregos”, cita Temporal.

MARCOS DE 20 ANOS DE ATUAÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS



ATENDIMENTOS
140.812



MISSÕES ENVIADAS
444



TREINAMENTOS
222



CERTIFICADOS DE ORIGEM
300.050



MISSÕES RECEBIDAS
1.024



SETORES ATENDIDOS
19



PARTICIPANTES
EM TREINAMENTOS
5.597



PAÍSES CONTEMPLADOS
112

FIRJAN REÚNE AGÊNCIAS DE FOMENTO PARA PROPOR MELHORIAS NO CRÉDITO À INOVAÇÃO

Agências de fomento apresentaram suas propostas de melhorias nos fluxos de submissão de projetos inovadores em reunião do Comitê Regional Articulador de Inovação, promovida pelo Sistema FIRJAN. “A intenção desse encontro é discutir os gargalos nos processos de inovação das empresas. Um dos objetivos é trazer a percepção de valor das agências e analisar o que pode ser mudado nesses fluxos, assim como as melhorias que já têm sido feitas”, explicou Bruno Gomes, diretor de Inovação da Federação.

Eliete Bouskela, diretora de Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), destacou a necessidade de se criar novas formas de avaliação dos projetos financiados. “Nós ainda focamos muito na prestação de contas e damos pouca atenção à avaliação real das inovações feitas. É um problema que vejo em todas as agências”, avaliou.

Fabio Baracho, gerente substituto de Planejamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), abordou as principais ações desenvolvidas para desburocratizar os financiamentos, como o Programa Finep 30 Dias, que reduz o prazo para análise dos projetos. “Essa avaliação exige sensibilização das forças de controle internas das instituições. Às vezes o projeto toma outra rota tecnológica tão importante quanto a originalmente prevista”, explica Baracho.

Fatima Lima, gerente de Soluções e Inovação do Sebrae-RJ, falou sobre o Edital de Diferenciação do Sebraetec, que desburocratiza a prestação de contas por repassar



Fabiano Veneza

Reunião do Comitê Regional Articulador de Inovação, na sede do Sistema FIRJAN

“O maior problema hoje não é o dinheiro para financiamento, mas a falta de uma boa perspectiva de mercado”

Bruno Gomes
Diretor de Inovação do Sistema FIRJAN

os recursos para prestadores de serviços tecnológicos. “Isso facilitou o fluxo. E o empresário não tem que enviar uma infinidade de certidões.”

Edson de Macedo, superintendente da Agência Estadual de Fomento (AgeRio), sugeriu a criação de um portal para cadastro único das empresas, de forma a facilitar o acesso a informações pelas instituições de fomento. “É uma iniciativa que fará a diferença para o empresário, pois eliminará um problema”, disse.

De acordo com Vanessa Machado, da Gerência de Inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a instituição encontra outros desafios em suas operações indiretas de apoio à inovação. “Nosso principal produto indireto não está disponível no estado do Rio. Isso acontece porque ou o agente de financiamento ou a empresa não o conhece.”

AGENDA PRIORITÁRIA

A criação do portal único para cadastro das empresas, os indicadores de impacto para acompanhamento dos projetos e a desburocratização jurídica que permita sua implementação serão alguns dos temas prioritários nas reuniões do Comitê em 2016. “A mobilização está sendo feita. O maior problema hoje não é o dinheiro para financiamento, mas a falta de uma boa perspectiva de mercado”, resumiu Bruno Gomes. A reunião foi realizada em 23 de setembro, na sede da FIRJAN.

CONSELHO EMPRESARIAL DE INFRAESTRUTURA DEBATE CONCESSÕES DE RODOVIAS E FERROVIAS COM ANTT

Para discutir as futuras ações em concessões que envolvem o estado do Rio, o Conselho Empresarial de Infraestrutura do Sistema FIRJAN recebeu Jorge Luiz Bastos, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Bastos abordou as áreas de atuação do órgão e os compromissos assumidos para a realização das obras do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

“No Rio haverá um aporte de R\$ 3,5 bilhões. É o estado que recebeu o maior número de investimentos nessa etapa de concessões, teve mais pleitos atendidos que os outros”. Ele destacou os investimentos de infraestrutura previstos nas rodovias fluminenses, que deverão ser realizados nos próximos meses. “Até o fim do ano pretendemos iniciar as obras nas marginais e a duplicação da Serra das Araras. Já a conclusão da BR 101 será em março de 2016”, disse.

Segundo Bastos, a renovação das concessões ferroviárias existentes é um desafio para a ANTT. “Nesse processo, queremos ajustar os contratos, que têm muitas falhas. A ideia é aumentar a capacidade ferroviária do país. Daremos um salto significativo nesse sentido”, afirmou, destacando a Ferrovia Rio-Vitória (EF 118) como um marco estratégico entre esses investimentos. “Nós já fizemos uma audiência pública e estamos tratando da modelagem dessa concessão com o governo do estado do Rio. Para dar viabilidade a ela, temos de conversar com todos. É preciso ouvir o mercado”, alertou Viegas.



Vinicius Magalhães

Delmo Pinho, Mauro Viegas Filho e Jorge Luiz Bastos: concessões em pauta

Com relação à construção da EF 118, o presidente do Conselho, Mauro Viegas Filho, apresentou ao diretor-geral a proposta elaborada pelo Sistema FIRJAN, sugerindo que parte dos recursos a serem ressarcidos pela empresa VLI ao governo federal seja usada para a elaboração do projeto executivo da nova ferrovia. A proposta foi prontamente aceita, sendo requisitado ao governo do estado que envie uma solicitação oficial à ANTT.

Delmo Pinho, subsecretário estadual de Transportes, sugeriu a desoneração de impostos sobre insumos de serviços que serão contratados para a realização da ferrovia. “As concessionárias estão investindo em áreas que são patrimônio governamental. Não faz sentido o governo cobrar imposto de si próprio. Então, em tese, não seria errado ter uma isenção de ICMS, ISS e PIS/COFINS que incidisse sobre as obras. Isso geraria

uma redução de 25% dos custos”, defendeu Pinho.

O presidente do Conselho alertou para a necessidade de se pensar em alternativas que fomentem o interesse do setor privado pelas concessões. “Não temos condições de receber investimentos públicos nesse momento, então temos que melhorar os processos de Parcerias Público-Privadas. Precisamos atrair *players* para esse processo. Nesse fórum queremos formar parcerias para isso”, destacou Viegas Filho.

Para Celia Daumas, gerente de Projetos da Prumo Logística, a reunião abriu novas perspectivas para as empresas. “O Norte Fluminense demanda investimentos em ferrovias e rodovias. Foi muito bom ter visto que a ANTT já estuda detalhadamente o acesso rodoviário na concessão da BR 101”, disse. A reunião aconteceu em 22 de setembro, na sede do Sistema FIRJAN.

CTS ALIMENTOS E BEBIDAS OFERECE CAPACITAÇÃO EM CERVEJA NA SEDE DO SISTEMA FIRJAN

O Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Alimentos e Bebidas promoveu a primeira edição do curso de Análise Sensorial em Cerveja, realizado na sede do Sistema FIRJAN. Durante os quatro dias de aulas foram expostos os principais fundamentos e metodologia empregados na análise sensorial da bebida.

De acordo com Pedro Paulo de Mello, instrutor do curso, o diferencial da capacitação está na aplicação do controle de qualidade como ferramenta auxiliar dos processos industriais. "Demos uma nova roupagem, que tem essa visão industrial para lançamento e avaliação de produtos no mercado".

O público-alvo abrange desde profissionais da área de qualidade e empresários de cervejarias a pessoas que desejam se especializar nesse segmento. "O objetivo é atender especialmente o mercado de microcervejarias, que é um setor em ascensão. Mas esses cursos valem também para grandes empresas, que não têm tempo de destacar um

funcionário para um curso de dez meses", explicou Caio Mello, agente de Atendimento e Varejo do CTS.

"Enquanto faço o Plano de Negócios da cervejaria que decidi montar, resolvi participar do treinamento do SENAI para me aprofundar mais. O curso me ajudou a ter uma visão sistêmica do negócio", analisou o empresário Davi dos Santos.

Leonardo Toledo, proprietário da cervejaria Röter, destacou a importância da capacitação para os profissionais da área. "O conhecimento técnico é muito importante para quem trabalha com processo de fabricação de cerveja e se preocupa com a qualidade do seu produto", explicou. O curso foi realizado em setembro.

Ainda em 2015, de 23 de novembro a 4 de dezembro, o CTS Alimentos e Bebidas promoverá o Curso Básico de Tecnologia Cervejeira no SENAI Tijuca. Mais informações pelo telefone (24) 2491-9227.



Fabiano Veneza

O instrutor Pedro Paulo de Mello ministrou curso na sede do Sistema FIRJAN

CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barbará

2º Vice-presidente CIRJ:

Antonio César Berenguer Bittencourt Gomes

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sergio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz César Caetano

Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavaht

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani
Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Perido

Redação: Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira e Paulo Barros

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

BNDES REATIVA LINHA DE FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reativou a linha de financiamento Finame Moderniza BK, destinada à modernização de máquinas e equipamentos. O crédito, com valor total de R\$ 500 milhões, pode ser pleiteado por empresas de todos os portes e faturamento, e se estende também para prestadores de serviço de modernização.

A linha vai ao encontro das necessidades da indústria na adequação à Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12), pois se aplica à adaptação de máquinas sem dispositivos de segurança. De acordo com o banco, compreende-se ainda como modernização a incorporação de tecnologias que ampliem a vida útil dos equipamentos.

Com vigência até 31 de março de 2016, a linha disponibiliza limites de crédito de R\$ 250 mil até R\$ 20 milhões, que serão financiados de forma indireta, por meio de agentes financeiros. Para as modernizações voltadas ao atendimento dos requisitos da NR 12, o valor mínimo é de R\$ 100 mil.

O prazo do financiamento varia de 48 meses, para as empresas proprietárias de equipamentos, até 18 meses, para prestadores de serviço. Entre os itens financiáveis estão os serviços de engenharia e aquisição de peças e componentes. Devem ser obedecidas regras como a que restringe o valor dessa compra a 40% do total referente aos serviços de engenharia. Na prática, funciona com um fator limitador, visto que há adequações com custo maior para a aquisição



Banco de imagem/istock

A reativação da linha pode ajudar as empresas na adequação às exigências da NR 12

“É preciso o governo entender que, na atual situação do país, com baixo volume de vendas, a grande maioria das indústrias não terá condições de se adequar às exigências da NR 12”

Debora Carvalho
Gestora da Câmara Temática de Acesso ao Crédito do Metalsul

das peças. Também é preciso contemplar o mínimo de 60% de conteúdo nacional.

GARGALOS DA NR 12

“Esse financiamento do BNDES abre uma oportunidade para as empresas. Mas é preciso o governo entender que, na atual situação

do país, com baixo volume de vendas, a grande maioria das indústrias não terá condições de se adequar às exigências da norma”, afirma Debora Carvalho, gestora da Câmara Temática de Acesso ao Crédito do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Automotivas, de Informática e de Material Eletro-Eletrônico do Médio Paraíba e Sul Fluminense (Metalsul).

De acordo com José Luiz de Barros, gerente de Segurança do Trabalho da Federação, o ideal é que o crédito fosse ampliado para atender às necessidades da indústria: “Precisamos de linhas com maior grau de investimento e que ofereçam certidões de regularização fiscal e tributária, principalmente para micro e pequenas empresas. Além disso, o texto da NR 12 impede que o maquinário já existente na empresa seja utilizado como garantia de financiamento. Isso cria mais um problema”, destaca.

COTIMA COMÉRCIO DE TINTAS: PIONEIRISMO E INOVAÇÃO EM MACAÉ

A Cotima Comércio de Tintas é uma empresa familiar que completa 35 anos em outubro. Os sócios-fundadores Selma Soares de Mattos e Cláudio Bogado deram início à trajetória de sucesso com uma pequena loja. Considerado inovador, Bogado dirigiu a empresa até 2012, quando seu filho Cláudio Mattos assumiu a gestão da empresa.

“Começamos com uma portinha e, à medida que Macaé foi crescendo, crescemos junto”, recorda Mattos, atual diretor da empresa. Para ele, foram a perseverança e o espírito empreendedor e arrojado de sua família que fizeram com que a Cotima permanecesse no mercado.

A empresa foi a primeira de Macaé especializada no comércio de tintas. Criada inicialmente para suprir demandas do mercado da Construção Civil, ao longo dos anos foi ampliando sua atuação e hoje é a principal fornecedora dos mercados *offshore* e naval, na região, além de atender o setor automotivo.

Mattos estudou Gestão de Multinacional nos Estados Unidos, retornando ao Brasil em 2008 e ingressando pouco depois na Cotima.

Ao assumir a empresa da família, passou a contar com a consultoria e experiência de seu pai para continuar inovando. Segundo o diretor, um dos diferenciais da Cotima é o sistema tintométrico para tintas navais e industriais, com a linha International. “Com as máquinas conseguimos fazer a pigmentação de forma muito rápida, somos quase uma extensão da fábrica e a única



“A Comissão Municipal FIRJAN/CIRJ tem um papel importante para as empresas locais. Funciona como um canal direto com o Sistema FIRJAN e um fórum de debate que busca melhorias contínuas para a economia local”

Cláudio Mattos
Diretor da Cotima

empresa da região com esse sistema”, explica Mattos, detalhando que elas dão às tintas de cor neutra a coloração solicitada pelo cliente, permitindo a entrega quase imediata.

Outros aspectos também são destacados por Mattos, como treinamento constante e foco na retenção de talentos, que têm vasto conhecimento da empresa, produtos e mercado. Ele aponta que grande parte dos colaboradores tem entre 10 e 15 anos na empresa: “O cuidado com o atendimento, sem dúvida, foi fundamental para o nosso crescimento”.

A Cotima investe, ainda, em iniciativas de esporte e cultura. Como o apoio, em 2014, ao grafiteiro Marlon Muk, numa parceria com a Fundação Macaé de Cultura (FMC). E vê como estratégicas parcerias com empresas Akzo Nobel – Tintas International e Coral, pincéis Atlas e Norto, para atender de maneira eficiente a indústria.

Hoje Mattos é membro da Comissão Municipal FIRJAN/CIRJ em Macaé, que se reúne mensalmente para debater melhorias para a região. “A Comissão

tem um papel importante para as empresas locais. Funciona como um canal direto com o Sistema FIRJAN e um fórum de debate que busca melhorias contínuas para a economia local. No momento, temos discutido a crise da Petrobras e alternativas para a cadeia de fornecedores. O empresário se sente amparado, é uma ação importante”, disse.

INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 708
2 a 8 de outubro de 2015

SINDICATO NÃO PODE ABRIR MÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS DE SEUS ASSOCIADOS SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA

Mesmo na qualidade de substituto processual, atuando em juízo em nome próprio, mas em defesa de direitos de seus associados, um sindicato não tem poderes para abrir mão do direito de seus filiados. Aplicando esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o Sindicato Nacional dos Procuradores da Previdência Social (Sinproprev) terá de indenizar duas procuradoras prejudicadas por acordo firmado com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O relator do caso, ministro Villas Bôas Cueva, afirmou que os sindicatos têm legitimidade para atuar como substitutos processuais dos membros da categoria, mas essa atuação "não é ilimitada, sofrendo restrição quanto aos atos de disposição do direito material dos substituídos". A decisão expressamente afirma que "a despeito de sedimentado o entendimento jurisprudencial no sentido de que os sindicatos podem atuar como substitutos processuais tanto na fase de conhecimento quanto na fase de cumprimento do julgado, essa atuação, segundo a doutrina especializada, não é ilimitada, sofrendo restrição quanto aos atos de disposição do direito material dos substituídos para os quais revela-se imperiosa a obtenção de autorização expressa".

Em ação contra o INSS na Justiça Federal, o sindicato pleiteou reajuste salarial de 3,17% em favor de duas servidoras. A sentença reconheceu o direito e determinou o pagamento de valores acumulados que totalizavam R\$ 117.905,11 para uma e R\$ 93.429,03 para outra. Apesar do êxito na demanda, um acordo posterior entre o sindicato e o INSS, não autorizado pelas servidoras, reduziu esses valores para R\$ 136,96 e R\$ 8.855,00, respectivamente.

ATUAÇÃO ABUSIVA

As duas entraram com ação na Justiça do Distrito Federal para que o sindicato – cuja atuação consideraram abusiva – fosse condenado a reparar o prejuízo que sofreram.

As procuradoras obtiveram sucesso em primeiro e segundo graus. Em recurso ao STJ, o sindicato alegou que a Justiça do DF não teria competência para discutir um acordo homologado pela Justiça Federal e que a via processual escolhida, a ação de reparação proposta pelas servidoras, não serviria para discutir anulação de acordo, tema próprio de ação anulatória.

Villas Bôas Cueva afastou as alegações de incompetência do juízo e de inadequação processual, pois o que se buscou na Justiça do DF foi a reparação civil pelo abuso de direito cometido pelo sindicato, e não a eventual nulidade do acordo firmado com o INSS.

AUTORIZAÇÃO INDISPENSÁVEL

O relator reconheceu o acerto da decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, segundo a qual é necessária a autorização prévia expressa dos substituídos nos atos de disposição de seu direito material, ainda mais quando o acordo representa clara redução das verbas a serem recebidas.

Em seu voto, o ministro lembrou que o substituto processual pode exercer atos inerentes à ação, como alegar, postular a admissão de provas e recorrer, mas não tem poderes para confissão, renúncia de direito, transação e reconhecimento do pedido, por exemplo. Por isso, era fundamental que o sindicato obtivesse a autorização das procuradoras para a realização do acordo.

Fonte: STJ REsp 1403333

PUBLICADO O ROL DOS PERCENTUAIS DE FREQUÊNCIA, GRAVIDADE E CUSTO, POR CNAE, CALCULADOS EM 2015, E SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSAMENTO DO FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO – FAP EM 2015, COM VIGÊNCIA PARA O ANO DE 2016

Foi divulgada no Diário Oficial do dia 30 de setembro a Portaria Interministerial nº 432/15, dos ministros da Previdência Social e da Fazenda, que dispõe sobre a publicação dos róis dos percentuais de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, calculados em 2015,

e sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção – FAP em 2015, com vigência para o ano de 2016, e sobre o processamento e julgamento das contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuídos.

Fonte: MF e MPS

JUSTIÇA FEDERAL ENTENDE QUE SÓCIO DE EMPRESA NÃO RESPONDE PESSOALMENTE POR DÍVIDA SEM COMPROVAÇÃO DE ILEGALIDADE, ABUSO DE PODER OU INFRAÇÃO CONTRATUAL

A Justiça Federal em Novo Hamburgo/RS determinou o cancelamento de arrolamento de bens e direitos de quatro sócios de empresa sob o fundamento da ausência de solidariedade entre estes a viabilizar o bloqueio.

Entendeu o juiz que “a responsabilidade pessoal atribuída aos diretores e gestores (art. 135, III, do CTN) não tem aplicação irrestrita e automática, como pretende a autoridade impetrada. Ao contrário, a responsabilidade pessoal dos gestores exige a demonstração da ocorrência de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto”.

A decisão então reconheceu a ilegalidade da consideração dos créditos tributários lavrados contra os sócios, aos quais foi imputada a responsabilidade tributária, com

fundamento no art. 135, III, do CTN, reconhecendo a ausência de preenchimento dos requisitos legais para a lavratura dos Termos de Arrolamento de Bens e Direitos, tendo em vista que os créditos tributários sob responsabilidade direta de cada Impetrante não atinge o valor mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), nos termos estabelecidos no art. 64, §§ 7º e 10, cumulado com o art. 1º do Decreto nº 7.753/2009 e, assim, determinou o integral cancelamento dos Termos de Arrolamento de Bens e Direitos lavrados em face dos Impetrantes, com o respectivo cancelamento definitivo dos gravames nos respectivos órgãos de registro (Cartórios de Registro de Imóveis e DETRAN), nos termos da fundamentação.

Da decisão ainda cabe recurso.

Fonte: JFRS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA RECONHECE A POSSIBILIDADE DO DEFERIMENTO DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO SEM PROVA DA QUITAÇÃO DE TRIBUTOS

Em decisão unânime, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou o entendimento de que o pedido de extinção das obrigações do falido não exige a apresentação de certidões de quitação fiscal, mas a quitação dada nessas condições não terá repercussão no campo tributário, de acordo com o artigo 191 do Código Tributário Nacional (CTN).

A decisão foi tomada em julgamento de recurso especial interposto por um empresário e uma sociedade empresária falida que ajuizaram ação declaratória de extinção das obrigações da falência. O pedido foi indeferido porque não foram juntadas ao processo as certidões de quitação fiscal.

No STJ, as partes alegaram que, em razão do decurso do prazo de cinco anos do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência, a prescrição relativa às obrigações do falido já teria ocorrido.

DUAS POSSIBILIDADES

O relator, ministro Raul Araújo, entendeu por dar parcial provimento ao recurso. Segundo ele, como o artigo 187 do CTN é taxativo ao dispor que a cobrança judicial do crédito tributário não se sujeita a concurso de credores

ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento, não haveria como deixar de inferir que o crédito fiscal não se sujeita aos efeitos da falência.

Para Raul Araújo, o pedido de extinção das obrigações do falido poderá ser deferido, então, de duas maneiras. A primeira, com maior abrangência, quando satisfeitos os requisitos da Lei das Falências e também os do artigo 191 do CTN, mediante a prova de quitação de todos os tributos. A segunda maneira, em menor extensão, quando atendidos apenas os requisitos da lei falimentar, mas sem a prova de quitação dos tributos.

“Na segunda hipótese, como o fisco continua com seu direito independente do juízo falimentar, a solução será a procedência do pedido de declaração de extinção das obrigações do falido consideradas na falência, desde que preenchidos os requisitos da lei falimentar, sem alcançar, porém, as obrigações tributárias, permanecendo a Fazenda Pública com a possibilidade de cobrança de eventual crédito tributário, enquanto não fulminado pela prescrição”, concluiu o relator.

Fonte: STJ REsp 834932